

8 de abril

Eletrobras

2016

Assembleia define pauta nacional

A direção do Sintergia esteve nos dias 30 e 31 de março em Brasília para reunião do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) onde foi discutida a formatação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2015, o que propiciará um posicionamento em favor da categoria no processo de negociação da PLR com a holding Eletrobras.

Integrando o CNE, a direção do Sintergia participou do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro, que conta com o apoio de várias entidades sindicais, representações do movimento social e deputados (as) federais.

O objetivo da Frente Parlamentar é o fortalecimento do sistema elétrico público através da formulação de um novo modelo para o setor em que estejam garantidos os interesses da classe trabalhadora e propõe, ainda, a organização de audiências públicas para discussão de mecanismos que garantam a redução de acidentes de trabalho e a ampliação do controle social nas decisões sobre a política energética nacional.

O entendimento do CNE é que diante do cenário socioeconômico conturbado da atualidade a

Frente surge como instrumento de luta para barrar eventuais tentativas de retomada do processo de privatização do sistema.

O início da negociação da PLR e do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) será em abril, tendo como principal meta a manutenção das nossas conquistas e a garantia de reajuste salarial que reponha as perdas do período, sem esquecer da manutenção das empresas públicas, servindo à população brasileira e não aos interesses do capital.

Diante do quadro caótico tanto política como economicamente, temos de estar alertas para garantir que nossos direitos e conquistas não sejam atacados, retirando o que foi conquistado pela classe trabalhadora com muita garra e determinação.

A assembleia que define a pauta de reivindicações é fundamental para que todos os setores sejam contemplados.

Venha para a assembleia.

Traga um (a) companheiro (a) de setor.

Vamos fazer uma grande assembleia para mostrar nossa força, capacidade de mobilização e unidade em torno dos nossos interesses.

Juntos, somos mais fortes.

Assembleia

Dia 12 de abril de 2016, às 17 horas

No auditório da AEEL

Avenida Presidente Vargas, 509/22 andar

Sindicalistas e parlamentares criticam tentativas de terceirização do Setor

Contrários à retomada do processo de privatização e sucateamento do sistema elétrico, no dia 30 de março foi realizado o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro na Câmara dos Deputados. Participaram da atividade representantes do STIU-DF, da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Federação Única dos Petroleiros (FUP), bem como deputados(as) federais e demais entidades.

A Frente Parlamentar, coordenada pela deputada federal Erika Kokay (PT-DF), tem como objetivo fortalecer o sistema elétrico público, discutir um novo modelo para o setor e defender os interesses da classe trabalhadora. Além disso, a Frente propõe organizar audiências públicas para discussão de mecanismos à redução de acidentes de trabalho e ampliação da participação do controle popular nas decisões sobre a política energética nacional.

A deputada, Erika Kokay, se posicionou contrária, além de criticar o processo de privatização em curso. “A energia é fundamental para o desenvolvimento social e econômico e não pode ser colocada numa bandeja como se fosse mercadoria. Não pode servir como instrumento para geração de lucro”, disse. Ela destacou ainda a importância dos programas sociais desenvolvidos pelas estatais, como o Luz Para Todos, que tem por objetivo universalizar o acesso à energia elétrica.

Pela Federação Nacional dos Urbanitários, Fernando Pereira, enfatizou que a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico se faz urgente para barrar o processo de entrega das estatais ao capital privado.

Para João Moraes, da Federação Única dos Petroleiros, é necessária a defesa da democracia e da energia como bem social para a população brasileira. “Defender a democracia é defender as conquistas sociais adquiridas. Temos que lutar pela manutenção da energia como um bem público”, destacou.

A dirigente sindical, Fabiola Antezana, representante do Sindinorte, ressaltou que o avanço da pauta conservadora colocado atualmente para a sociedade e às empresas estatais causam grande preocupação aos movimentos sociais e sindicatos. No entanto, apontou como saída dessa conjuntura a unidade e fortalecimento dessas entidades. “Será a sociedade civil organizada, sindicalistas, o movimento social e a juventude que vão reconduzir o País ao desenvolvimento econômico e social. Queremos nosso setor elétrico estatal ao serviço da sociedade brasileira”, concluiu.